

# “Emancipar índio é FSP - 13.8.78 cobiçar sua terra”

ISA CAMBARA  
da Sucursal do Rio

“Não se pode deixar o ministro fazer o que ele quer. Ele não é o dono do mundo”, afirmou, em entrevista à “Folha”, o professor José Maria da Gama Malcher, antigo diretor do Serviço de Proteção ao Índio e considerado uma das maiores autoridades na questão indígena. Antropólogo aposentado, o professor Malcher vive hoje em Petrópolis, mas não está afastado de tudo que envolve as comunidades indígenas.

O professor se mostra indignado com o decreto que propõe a emancipação do índio brasileiro, de autoria do ministro Rangel Reis.

“Para sugerir um projeto desses, o ministro teria que ouvir gente independente, moral e financeiramente. Não adianta ouvir, como nessa reunião da Funai, antropólogos que estão defendendo seu emprego, seu estômago. Ainda bem que o Orlando Villas-Boas está por lá, pois a sua opinião ainda pesa muito”, afirmou.

O professor Malcher referiu-se a uma reunião que será iniciada amanhã, do Conselho Indigenista Brasileiro, para debater o decreto do ministro Rangel Reis, que já foi criticado por diversos estudiosos, alguns, como o professor Darcy Ribeiro — que foi aluno do professor Malcher — e, devido às críticas, foi até ameaçado pelo ministro Rangel Reis de processo por difamação. Isso porque, segundo Darcy Ribeiro, haveria interesse em tirar as terras dos índios, dando-lhes emancipação.

No Conselho Indigenista, no entanto, vários antropólogos teriam manifestado apoio ao decreto, com exceção, naturalmente, de Orlando Villas-Boas.

## HOMEM DESTEMIDO

O professor Malcher — apesar dos seus 71 anos — ainda é tido como um homem destemido. No tempo em que dirigia o SPI, colocou-se publicamente contra o então ministro da Agricultura, João Cleofas, que permitiu o casamento da índia Diacui com o sertanista Aires da Cunha. Na época, o SPI era subordinado ao Ministério da Agricultura, que poderia significar demissão para Malcher, mas ele nem pensou nisso, quando se colocou contra Cleofas. Até hoje, não se conforma com a permissão dada pelo então ministro.

“O Aires da Cunha não era sertanista coisa nenhuma. Era um mercenário, um testa-de-ferro de grupos interessados nas terras dos índios. O plano dele era casar com a Diacui e ficar por lá, como uma espécie de Caramuru, cedendo as terras a quem quisesse. Tanto que abandonou-a logo depois do casamento e ela acabou



Professor Malcher: contra a exploração dos índios

morrendo sozinha. O casamento foi uma violência para com ela, que não estava entendendo nada daquilo. Mas, ninguém pensou nisso, a não ser o Conselho do SPI que foi contra, porque o Chateaubriand, que também tinha interesse nas terras, dourou a pilula na revista “O Cruzeiro”. Mas, a favor do Aires da Cunha, pode-se dizer que, pelo menos, ele assumiu a paternidade e criou a filha”.

O assunto “emancipação” toca tanto o professor Malcher quanto o “caso Diacui”. Ao se referir ao projeto do ministro Rangel Reis, ele sempre se coloca radicalmente contra e fala à beça. Mas, sempre sem alterar a voz, pois ao contrário do que possa parecer, é muito calmo, e irônico, também, o que fica visível quando lhe perguntam sobre a viabilidade de aprovação do decreto de emancipação.

“Isso está parecendo até aquela história do português que tinha uma filha em idade de casar e vivia dizendo: “Ela pode se casar com quem quiser, desde que seja com o filho do compadre Joaquim. E claro que o projeto vai ser aprovado. Na atual situação, passa qualquer coisa, desde que eles queiram. Sabe o que vai acontecer? O governo vai deixar que todo mundo fale à vontade contra, mas, na hora, vai fazer o que quer, evidentemente. E quem vai dizer não?”

A emancipação do índio para o professor Malcher significa “cobiça das terras deles”. No tempo em que trabalhava no SPI, já tinha ouvido essa história, mas sob uma outra denominação: “integração”.

“O índio não precisa ser emancipado nem integrado a toque de caixa. Ele precisa é continuar vivendo em comunidade, com suas terras garantidas. Segundo o seu estatuto — aprovado há tão pouco tempo e já querem modificá-lo — o índio pode sair, se quiser, da comunidade e virar civilizado. Pode estudar, votar, ser proprietário. Acontece que eles não estão interessados nisso. Os poucos que saem e — vencem — são exceções. A maioria dos que saem vive como pária, marginalizada. Para que, então emancipá-los? A sociedade nem vai recebê-los. Vai tratá-los como trata os caboclos, os paus-de-arara, os bóias-frias, pois esse negócio de dizer que não há preconceito racial no Brasil é balela. O Brasil é um país racista”.

O professor Malcher não consegue, “por mais que me esforce”, ver qualquer vantagem na emancipação do indígena. O importante, na sua opinião, é fazer com que o índio mantenha a consciência do valor de sua raça, de sua cultura. Assim, quando chegasse a integração, inevitável, ele poderia, mesmo tendo a “civilização” por perto, manter os seus costumes.

“Isso não é paternalismo; é respeito ao índio. Quando falam tanto em direitos humanos, ninguém se lembra dos direitos deles. Quanto tempo essa gente é manipulada, de acordo com os interesses dos “civilizados”? Direitos humanos não é algo para o Carter badalar de cima para baixo, apenas. É algo para ser respeitado, em qualquer lugar. Além disso, os verdadeiros brasileiros são os índios, que já estavam aqui, quando Cabral chegou. Aliás, a cobiça das propriedades indígenas começou com o próprio Cabral. E só ler a carta do Caminha pra comprovar isso”.

Ele não entende, também, por que num país de mais de cem milhões de habitantes, uns cem mil índios incomodem tanto. Na sua opinião, “ao invés de estar preocupado com as terras dos índios, o governo deveria fazer um levantamento dos latifúndios existentes no sul de Mato Grosso que representam um território muitas vezes maior que todas as terras dos índios”.

“Nunca se perguntou ao índio, principal interessado, se ele quer a emancipação. Eu acho que é melhor eles viverem em suas reservas, até mesmo para sua saúde. Veja

só: quero comer peixe e não posso por causa da maré vermelha. Porco? Não dá para comer por causa da peste suína. Então, deixem que eles fiquem por lá, comendo de tudo, vivendo uma vida simples. Para que trazê-los para a civilização ou levar a civilização até eles? Para prejudicá-los? Eles vivem tranquilos e nós o que somos? um povo apavorado”.

Gama Malcher não se conforma com a possibilidade de decisão sobre emancipação de grupos indígenas ficar restrita apenas à Funai. Segundo o decreto de Rangel Reis, depois de aprovado o projeto, a Funai é quem indicará os grupos indígenas “aptos para serem emancipados”.

“Na Funai é um homem só quem decide. Vamos supor que hoje tenha um presidente com boas idéias. Mas, amanhã quem estará no cargo? E se for um tipo como o último diretor do SPI, coronel Vinhas Neves, que vendeu até alma? Acho que isso deveria ser decisão do Conselho Indigenista, em que há ainda vozes a favor do índio, como o Orlando Villas-Boas. Quem garante que o presidente da Funai não sofre pressões políticas? Eu mesmo, na minha época de diretor do SPI, sofri muitas, mas não aceitei nenhuma. Rejeitei todas, vigorosamente. Felizmente, o ministro da Agricultura sempre me apoiou, com exceção do “caso Diacui”. E quando fez isso, ouviu o que quis e o que não quis. Falei com ele, com a imprensa com todo mundo. E a minha franqueza não impediu que eu continuasse no cargo”.

O professor Malcher tem duas queixas “mais importantes” da atual administração da Funai: o desleixo em demarcar as terras indígenas e a comercialização desenfreada do artesanato.

“As terras só estão sendo demarcadas agora, quando justamente se quer tirar a terra deles. Não é por acaso que isso acontece. E quanto ao artesanato, não se pode pegar um pintor como Picaso e dizer a ele: “Faça vinte desses quadros”. Pois é isso que estão fazendo com o artesanato indígena. A cerâmica, por exemplo, sempre foi feita pelas mulheres da tribo, em dias comuns. Hoje, até homens estão deixando seus afazeres tradicionais para se dedicar a cerâmica, porque sabem que dá dinheiro. Isso é um desrespeito à forma de vida deles. É deturpação. Antes, a gente não intervinha nisso. O artesanato era feito apenas para uso próprio. Tirávamos, apenas, alguns exemplares para o Museu do Índio. O que os funcionários da Funai estão fazendo é o papel de colonizador. E mau colonizador”.

Outro erro da Funai, na sua opinião, é o de não unir forças com as missões católicas, que atuam nas áreas indígenas.

“Antigamente, a gente lutava contra as missões de catequeses, porque queriam somente acabar com as crenças indígenas, substituindo-as por um Deus que eles nunca compreenderão. Mas, hoje, os padres que estão por lá, deram um guinada de 180 graus. Ora, se eles querem ajudar os índios, por que a Funai não se junta a eles ao invés de combatê-los. Ou a Funai teria interesses diferentes?”

O professor Malcher não mede as palavras, “pois só tenho medo de mim mesmo”. Quanto ao provável processo que o ministro do Interior impetrará contra Darcy Ribeiro, ele acha que “não vai ser fácil”.

“Darcy é um páreo duro para qualquer ministro porque conhece, como poucos, as necessidades dos índios brasileiros. É um lutador, um idealista, um sujeito que não brigam em causa própria. Vai ser difícil vencê-lo num julgamento imparcial. É um homem corajoso, que não tem interesse pessoal no assunto. Ele levanta a voz a favor dos índios. Outras vezes devem se levantar, mesmo que a lei seja aprovada, pois pode-se e deve-se ir contra leis, se elas ficarem ao sabor de interesses políticos”.